



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N. 226/2024, DE 12 DE  
MARÇO DE 2024 QUE DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE  
CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO.**

**Autor:** Prefeito Municipal de Indianópolis/MG, Sr. Lindomar Amaro Borges.

**1. RELATÓRIO.**

De autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, Sr. Lindomar Amaro Borges, após pareceres das presentes Comissões Permanentes, será submetido à apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, o Projeto de Lei n 226/2024 QUE DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO.

**2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.**

O presente Projeto de Lei, após análise pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação foi encaminhado à presente Comissão para parecer.

Trata-se de Projeto de Lei que visa a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$24.000,00 com o intuito de proporcionar um incentivo financeiro à equipe de Assistência Farmacêutica Municipal, onde pretende-se destinar o valor de R\$9.600,00 ao farmacêutico Técnico Responsável, e R\$14.400,00 a ser partilhado aos demais funcionários da unidade.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**

Verifica-se que no condizente à legalidade e constitucionalidade o referido projeto preencheu o requisitos legais.

No condizente à matéria financeira, o art. 43, § 1º, inciso II e III, da Lei Federal 4.320/64, e toda legislação aplicável à espécie, torna o projeto de lei em questão legal e constitucional, tendo em vista que a Lei Federal autoriza a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias e também utilização de *superávit* financeiro como fonte de recursos para abertura dos créditos suplementares e especiais.

O Poder Executivo demonstrou através dos documentos que acompanham o Projeto a existência de *superávit* financeiro, de modo que o Projeto encontra-se em conformidade às regras de direito financeiro.

**3. CONCLUSÃO.**

Diante do exposto esta Comissão de Finanças e Controle, no mérito concluiu que o presente Projeto de Lei está apto a ser apreciado pelo Plenário, devendo a oportunidade e conveniência ser analisada por cada Vereador.

É o Parecer SMJ,

Sala das Comissões, 25 de março de 2024.

**Comissão de Finanças e Controle**

**Relator:**

  
LINDOMAR JOSÉ DOS REIS

  
CRISTIANE DIAS DE O. RODRIGUES

  
JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)